

PROJETO DE LEI Nº 79/2015, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO CONCEDER A ENTIDADES SUBVENÇÃO SOCIAL E/OU AUXÍLIO PARA DESPESAS DE CAPITAL PROVENIENTE DO FMDCA, FIRMAR CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAPORÉ-RS faz saber, em cumprimento ao disposto no artigo 57, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores de Guaporé aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Guaporé autorizado a conceder subvenção social e/ou auxílio para despesas de capital às entidades abaixo relacionadas, cujos recursos são provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando o desenvolvimento de projetos, como segue:

AGE – AGREMIAÇÃO GUAPORENSE DE ESPORTES

CNPJ nº 05.561.087/0001-90

VALOR: R\$ 17.466,65

PROJETO: AGE PARA TODOS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO GRUPO ESCOTEIRO NACÊ

CNPJ nº 92.871.789/0001-74

VALOR: R\$ 4.080,00

PROJETO: REFLORESTAR É PRECISO

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

CNPJ nº 88.674.130/0001-50

VALOR: R\$ 3.442,53

PROJETO: CORTINAS PARA EMBELEZAR

CENTRO OCUPACIONAL BRUNO JOSÉ CAMPOS – HORTA COMUNITÁRIA

CNPJ nº 87.862.595/0001-72

VALOR: R\$ 2.664,80

PROJETO: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

COMPANHIA DE ARTES CARIPAIGUARÁS

CNPJ nº 04.817.809/0001-61

VALOR: R\$ 2.054,18

PROJETO: CIA DE ARTES CARIPAIGUARÁS, HISTÓRIA E CULTURA ATRAVÉS DA ARTE DE DANÇAR

INSTITUTO FILANTRÓPICO EVANGÉLICO – LAR ESPERANÇA

CNPJ nº 89.076.236/0001-15

VALOR: R\$ 2.180,00

PROJETO: A ESPERANÇA NÃO MORRE JAMAIS

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO CARLOS/LAR DA CRIANÇA PRIMO E PALMIRA PANDOLFO

CNPJ nº 90.397.555/0016-98

VALOR: R\$ 3.794,87

PROJETO: MANUTENÇÃO DO LAR DA CRIANÇA

Art. 2º Fica o Município autorizado a celebrar Convênio com a **AGE – AGREMIACÃO GUAPORENSE DE ESPORTES, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO GRUPO ESCOTEIRO NACÊ, APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, CENTRO OCUPACIONAL BRUNO JOSÉ CAMPOS – HORTA COMUNITÁRIA, COMPANHIA DE ARTES CARIPAIGUARÁS, INSTITUTO FILANTRÓPICO EVANGÉLICO – LAR ESPERANÇA, ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO CARLOS/LAR DA CRIANÇA PRIMO E PALMIRA PANDOLFO** que desde já fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 3º As entidades deverão prestar contas do recurso recebido no prazo e forma definidos nos Termos de Convênio anexos a esta Lei.

Parágrafo Único: Compete ao Controle Interno do Município a análise da prestação de contas.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 E HABITAÇÃO

1103 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
0.016 - FMDCA – Subvenções e Auxílios a Entidades
Assistenciais
3.3.50.43.00.00.00 Subvenções Sociais
4.4.50.42.00.00.00 Auxílios
RECURSO VINCULADO: 1020 – FMDCA

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaporé, em

Paulo Olvindo Mazutti
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Tarcia Masutti

Secretária da Administração

publicada no quadro de publicações da Prefeitura de Guaporé no período de

TERMO DE CONVÊNIO

Que celebram entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**, CNPJ sob nº 87.862.397/0001-09, com sede na Av. Silvio Sanson, nº 1135, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Paulo Olindo Mazutti, portador do CPF nº 389.907.500-59, residente e domiciliado nesta cidade de Guaporé-RS, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado a **AGREMIÇÃO GUAPORENSE DE ESPORTE**, inscrita no CNPJ sob nº 05.561.087/0001-90, com sede na Rua José Bonifácio, nº 550, aqui representada por seu Presidente Sr. João Idomar de Quadros Figueira, portador do CPF nº 753.452.180-72, doravante denominada simplesmente **AGE**, de conformidade com a Lei nº, de e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de subvenção social à AGE, proveniente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando o desenvolvimento do projeto “AGE PARA TODOS”, sendo que o recurso poderá ser viabilizado na aquisição de materiais esportivos e fardamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O MUNICÍPIO repassará à AGE o valor de R\$ 17.466,65 (dezessete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) em parcela única no exercício de 2015, o qual será creditado junto ao BANRISUL, Agência nº 0675, conta nº 0604476106.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

DO MUNICÍPIO

1. efetuar o repasse de acordo com o estabelecido na cláusula anterior;
2. coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Convênio de acordo com suas cláusulas, bem como examinar e deliberar quanto a prestação de contas, o que se fará conforme previsto na cláusula quarta.

DA AGE

1. utilizar o repasse de acordo com o previsto na cláusula primeira;
2. responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes e danos causados a terceiros, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em juízo e fora dele;
3. manter e movimentar o recurso obrigatoriamente em conta específica junto a banco oficial e em aplicação financeira no período em que não for utilizado;
4. devolver ao MUNICÍPIO os valores não aplicados, acrescido de juros e correção monetária segundo o índice IGPM-FGV, a partir da data do recebimento do recurso, em caso de ocorrer os seguintes fatos:
 - a. aplicação em finalidade diversa do estabelecido;
 - b. não apresentação da prestação de contas ou prestação de contas impugnada.

5. como contrapartida ao recurso recebido, a entidade se compromete a disponibilizar trabalhos diretamente à comunidade, prestando serviços que assim se fizerem necessários, além de atuar em pró das crianças do Município;
6. prestar contas do recurso recebido bem como comprovar a contrapartida descrita no item “5”;

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A AGE deverá prestar contas ao MUNICÍPIO até **28-12-2015**, de acordo com os ANEXOS I, II e III deste Convênio e apresentação do que segue:

1. relatório sucinto contendo todas as ações desenvolvidas;
2. demonstrativo da receita e despesa, evidenciando o saldo e o resultado da aplicação financeira;
3. relação de pagamentos com número da Nota Fiscal, nome da firma e valor, em ordem cronológica, com cópia dos documentos;
4. conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
5. cópia do extrato da conta bancária específica;
6. comprovante do depósito de recolhimento dos recursos não utilizados à conta do MUNICÍPIO;
7. relação de associados ou beneficiados atendidos;
8. comprovação dos gastos através de documentos fiscais idôneos, sendo que a data dos mesmos deverá obrigatoriamente estar compreendida entre o período de execução do convênio;
9. segundas vias ou cópias de toda a documentação fiscal (nota fiscal, recibo, comprovante de recolhimento de tributos, extratos bancários, recibo de pagamento de autônomos e fotografias que atestem o que foi propiciado com os recursos recebidos do Município), com a assinatura do responsável pela entidade, comprovando o recebimento da mercadoria e/ou prestação do serviço, comprobatória das despesas realizadas pela entidade com os recursos recebidos;
10. em caso de pagamento de autônomo através de RPA deverá ser comprovado o recolhimento dos encargos sociais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: As cópias dos documentos integrantes da prestação de contas deverão ser rubricadas pelo dirigente da entidade ora beneficiada.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A prestação de contas deverá ser entregue junto ao setor de protocolo oficial do Município e a data constante do protocolo será observada para cumprimento do prazo para prestação de contas por parte da entidade beneficiada com a subvenção. A Administração Pública, através do Controle Interno, Órgão competente para análise e aprovação da prestação de contas, poderá requer da entidade beneficiada a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos complementares, a fim de elucidar possíveis dúvidas com relação à mesma, o que deverá ser atendido pela entidade no prazo que for concedido.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A prestação de contas deverá conter aprovação da Diretoria da entidade para cada liberação e aprovação do Conselho Fiscal ao término do Convênio, documento de aprovação emitido pelo Órgão da entidade beneficiada, responsável pela verificação de contas (Diretoria, Conselho ou semelhantes).

SUBCLÁUSULA QUARTA: Caso sejam contratadas outras empresas para prestarem os serviços propostos no Termo de Convênio, esta terá que declarar que o preço praticado é o de mercado.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Em caso de prestação de contas rejeitada ou apresentada fora do prazo previsto no Termo de Convênio a entidade não poderá requerer novo auxílio e/ou subvenção pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data prevista para a prestação de contas.

SUBCLÁUSULA SEXTA: Havendo rejeição da prestação de contas, a entidade poderá providenciar a correção de falhas apontadas, apresentando uma nova no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação da rejeição.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: Após a nova prestação de contas e, caso ainda não seja aceita, a entidade deverá efetuar a devolução do valor corrigido pelo índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA OITAVA: Quando for utilizado recursos da subvenção para pagamento de serviços prestados à entidade beneficiada, exceto quando este serviço for efetuado por pessoa jurídica, deverá acompanhar a prestação de contas comprovação de recolhimento das respectivas obrigações patronais, bem como declaração de responsável pela entidade de que esta se responsabiliza por toda e qualquer obrigação trabalhista advinda da respectiva prestação do serviço.

SUBCLÁUSULA NONA: O valor repassado à entidade e não comprovado o respectivo gasto na prestação de contas, será depositado em conta do Município até a data do protocolo de prestação de contas, através de guia de arrecadação emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA: Quando o valor for superior a R\$ 10,00 (dez reais), sofrerá correção igual ao índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os pagamentos entre a entidade conveniada e seus fornecedores e/ou prestadores de serviços deverão ser efetuados mediante cheque nominal ou transferência bancária para fins de comprovação do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e rescindido de pleno direito independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação

vigente, por inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexequível.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para atender o presente Convênio são oriundos do Orçamento do exercício de 2015 com a seguinte classificação orçamentária:

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
1103	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 0.016 - FMDCA – Subvenções e Auxílios a Entidades Assistenciais
3.3.50.43.00.00.00	Subvenções Sociais
	RECURSO VINCULADO: 1020 – FMDCA

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio será a partir da data de sua assinatura até **15-12-2015**.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e conveniados, formalizam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Guaporé, em

AGREMIAÇÃO GUAPORENSE DE ESPORTES

João Idomar de Quadros Figueira

Presidente

MUNICÍPIO DE GUAPORÉ

Paulo Olvindo Mazutti

Prefeito

Testemunhas:

Nome:

Nome:

ANEXO I

Of.nº ____/____

Guaporé,

Senhor Prefeito

Atendendo as determinações legais, enviamos a Prestação de Contas referente ao recurso recebido do Município de Guaporé de conformidade com a Lei nº _____ e respectivo Convênio, no valor de R\$ _____ (_____).

Na expectativa de que a documentação ora enviada seja aprovada desde já agradecemos, estando à disposição para quaisquer informações adicionais que por ventura se fizerem necessárias.

Atenciosamente.

Presidente da entidade

A Sua Excelência o Senhor _____
Prefeito Municipal
Guaporé, RS.

ANEXO II

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

Unidade Executora: _____					Convênio de ____/____/____			
					Período: _____			
DOCUMENTAÇÃO					PAGAMENTOS			
Item	Credor (CNPJ/CPF)	Título de Crédito (NF/CF)	Data do título de crédito	R\$	Banco	Cheque nº	Data do pagamento	R\$
TOTAL					TOTAL			
Unidade Executora					Responsável pela execução			
Assinatura _____					Assinatura: _____			
Nome: _____					Nome: _____			
CPF nº _____					CPF nº _____			

ANEXO III

EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Unidade Executora: _____		Convênio de ____/____/____		
		Período: _____		
Data de recebimento do recurso	Receita (valores recebidos inclusive os rendimentos e outros)	Valor R\$	Histórico (despesas, conforme relação de pagamentos (recolhido/a recolher))	Valor R\$
	Valor recebido do Município de Guaporé			
	Rendimento de aplicação financeira			
TOTAL	TOTAL		TOTAL	
Unidade Executora: _____		Responsável pela Execução: _____		
Nome: _____		Nome: _____		
CPF nº _____		CPF nº _____		
Assinatura: _____		Assinatura: _____		

TERMO DE CONVÊNIO

Que celebram entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**, CNPJ sob nº 87.862.397/0001-09, com sede na Av. Silvio Sanson, nº 1135, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Paulo Olindo Mazutti, portador do CPF nº 389.907.500-59, residente e domiciliado nesta cidade de Guaporé-RS, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO GRUPO ESCOTEIRO NACÊ**, inscrita no CNPJ sob nº 92.871.789/0001-74, com sede na Rua José Bonifácio, 550, aqui representada por seu Presidente Sr. Nauro Zanella, portador do CPF nº 389.802.900-04, doravante denominada simplesmente **ASSOCIAÇÃO**, de conformidade com a Lei nº, de e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de auxílio para despesas de capital à ASSOCIAÇÃO, proveniente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando o desenvolvimento do projeto “REFLORESTAR É PRECISO”, sendo que o recurso poderá ser viabilizado no cercamento da área de atividades da entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O MUNICÍPIO repassará à ASSOCIAÇÃO o valor de R\$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais), em parcela única no exercício de 2015, o qual será creditado junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência nº 0846, conta nº 68.409-2.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

DO MUNICÍPIO

1. efetuar o repasse de acordo com o estabelecido na cláusula anterior;
2. coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Convênio de acordo com suas cláusulas, bem como examinar e deliberar quanto a prestação de contas, o que se fará conforme previsto na cláusula quarta.

DA ASSOCIAÇÃO

1. utilizar o repasse de acordo com o previsto na cláusula primeira;
2. responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes e danos causados a terceiros, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em juízo e fora dele;
3. manter e movimentar o recurso obrigatoriamente em conta específica junto a banco oficial e em aplicação financeira no período em que não for utilizado;
4. devolver ao MUNICÍPIO os valores não aplicados, acrescido de juros e correção monetária segundo o índice IGPM-FGV, a partir da data do recebimento do recurso, em caso de ocorrer os seguintes fatos:
 - a. aplicação em finalidade diversa do estabelecido;

- b. não apresentação da prestação de contas ou prestação de contas impugnada.
5. como contrapartida ao recurso recebido, a entidade se compromete em manter em condições apropriadas a área de 3.280,00m² recebida do Município através de concessão de uso (Lei nº 3461/2014, de 25-03-2014), cedendo a mesma ao Poder Público sempre que necessário, bem como auxiliar em atividades como vacinação e outros projetos de interesse público.
6. prestar contas do recurso recebido bem como comprovar a contrapartida descrita no item “5”;

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ASSOCIAÇÃO deverá prestar contas ao MUNICÍPIO até 28-12-2015, de acordo com os ANEXOS I, II e III deste Convênio e apresentação do que segue:

1. relatório sucinto contendo todas as ações desenvolvidas;
2. demonstrativo da receita e despesa, evidenciando o saldo e o resultado da aplicação financeira;
3. relação de pagamentos com número da Nota Fiscal, nome da firma e valor, em ordem cronológica, com cópia dos documentos;
4. conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
5. cópia do extrato da conta bancária específica;
6. comprovante do depósito de recolhimento dos recursos não utilizados à conta do MUNICÍPIO;
7. relação de associados ou beneficiados atendidos;
8. comprovação dos gastos através de documentos fiscais idôneos, sendo que a data dos mesmos deverá obrigatoriamente estar compreendida entre o período de execução do convênio;
9. segundas vias ou cópias de toda a documentação fiscal (nota fiscal, recibo, comprovante de recolhimento de tributos, extratos bancários, recibo de pagamento de autônomos e fotografias que atestem o que foi propiciado com os recursos recebidos do Município), com a assinatura do responsável pela entidade, comprovando o recebimento da mercadoria e/ou prestação do serviço, comprobatória das despesas realizadas pela entidade com os recursos recebidos;
10. em caso de pagamento de autônomo através de RPA deverá ser comprovado o recolhimento dos encargos sociais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: As cópias dos documentos integrantes da prestação de contas deverão ser rubricadas pelo dirigente da entidade ora beneficiada.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A prestação de contas deverá ser entregue junto ao setor de protocolo oficial do Município e a data constante do protocolo será observada para cumprimento do prazo para prestação de contas por parte da entidade beneficiada com a subvenção. A Administração Pública, através do Controle Interno, Órgão competente para análise e aprovação da prestação de contas, poderá requer da entidade beneficiada a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos complementares, a fim de elucidar possíveis dúvidas com relação à mesma, o que deverá ser atendido pela entidade no prazo que for concedido.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A prestação de contas deverá conter aprovação da Diretoria da entidade para cada liberação e aprovação do Conselho Fiscal ao término do Convênio, documento de aprovação emitido pelo Órgão da entidade beneficiada, responsável pela verificação de contas (Diretoria, Conselho ou semelhantes).

SUBCLÁUSULA QUARTA: Caso sejam contratadas outras empresas para prestarem os serviços propostos no Termo de Convênio, esta terá que declarar que o preço praticado é o de mercado.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Em caso de prestação de contas rejeitada ou apresentada fora do prazo previsto no Termo de Convênio a entidade não poderá requerer novo auxílio e/ou subvenção pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data prevista para a prestação de contas.

SUBCLÁUSULA SEXTA: Havendo rejeição da prestação de contas, a entidade poderá providenciar a correção de falhas apontadas, apresentando uma nova no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação da rejeição.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: Após a nova prestação de contas e, caso ainda não seja aceita, a entidade deverá efetuar a devolução do valor corrigido pelo índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA OITAVA: Quando for utilizado recursos do auxílio para pagamento de serviços prestados à entidade beneficiada, exceto quando este serviço for efetuado por pessoa jurídica, deverá acompanhar a prestação de contas comprovação de recolhimento das respectivas obrigações patronais, bem como declaração de responsável pela entidade de que esta se responsabiliza por toda e qualquer obrigação trabalhista advinda da respectiva prestação do serviço.

SUBCLÁUSULA NONA: O valor repassado à entidade e não comprovado o respectivo gasto na prestação de contas, será depositado em conta do Município até a data do protocolo de prestação de contas, através de guia de arrecadação emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA: Quando o valor for superior a R\$ 10,00 (dez reais), sofrerá correção igual ao índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os pagamentos entre a entidade conveniada e seus fornecedores e/ou prestadores de serviços deverão ser efetuados mediante cheque nominal ou transferência bancária para fins de comprovação do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e rescindido de pleno direito independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação

vigente, por inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexequível.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para atender o presente Convênio são oriundos do Orçamento do exercício de 2015 com a seguinte classificação orçamentária:

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
1103	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 0.016 - FMDCA – Subvenções e Auxílios a Entidades Assistenciais
4.4.50.42.00.00.00	Auxílios
	RECURSO VINCULADO: 1020 – FMDCA

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio será a partir da data de sua assinatura até **15-12-2015**.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e conveniados, formalizam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Guaporé, em

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO GRUPO ESCOTEIRO NACÊ
Nauro Zanella
Presidente

MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
Paulo Olvindo Mazutti
Prefeito

Testemunhas:

Nome:

Nome:

ANEXO I

Of.nº ____/____

Guaporé,

Senhor Prefeito

Atendendo as determinações legais, enviamos a Prestação de Contas referente ao recurso recebido do Município de Guaporé de conformidade com a Lei nº _____ e respectivo Convênio, no valor de R\$ _____ (_____).

Na expectativa de que a documentação ora enviada seja aprovada desde já agradecemos, estando à disposição para quaisquer informações adicionais que por ventura se fizerem necessárias.

Atenciosamente.

Presidente da entidade

A Sua Excelência o Senhor _____
Prefeito Municipal
Guaporé, RS.

ANEXO II

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

Unidade Executora: _____					Convênio de ____/____/____			
					Período: _____			
DOCUMENTAÇÃO					PAGAMENTOS			
Item	Credor (CNPJ/CPF)	Título de Crédito (NF/CF)	Data do título de crédito	R\$	Banco	Cheque nº	Data do pagamento	R\$
TOTAL					TOTAL			
Unidade Executora					Responsável pela execução			
Assinatura _____					Assinatura: _____			
Nome: _____					Nome: _____			
CPF nº _____					CPF nº _____			

ANEXO III

EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Unidade Executora: _____		Convênio de ____/____/____		
		Período: _____		
Data de recebimento do recurso	Receita (valores recebidos inclusive os rendimentos e outros)	Valor R\$	Histórico (despesas, conforme relação de pagamentos (recolhido/a recolher))	Valor R\$
	Valor recebido do Município de Guaporé			
	Rendimento de aplicação financeira			
TOTAL	TOTAL		TOTAL	
Unidade Executora: _____		Responsável pela Execução: _____		
Nome: _____		Nome: _____		
CPF nº _____		CPF nº _____		
Assinatura: _____		Assinatura: _____		

TERMO DE CONVÊNIO

Que celebram entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**, CNPJ sob nº 87.862.397/0001-09, com sede na Av. Silvio Sanson, nº 1135, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Paulo Olindo Mazutti, portador do CPF nº 389.907.500-59, residente e domiciliado nesta cidade de Guaporé-RS, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUAPORÉ**, inscrita no CNPJ sob nº 88.674.130/0001-50, com sede na Rua Agilberto Maia, 126, aqui representada por seu Presidente Sr. Firmino Ziglioli, portador do CPF nº 007.692.230-87, doravante denominada simplesmente **APAE**, de conformidade com a Lei nº, de e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de auxílio para despesas de capital à APAE, proveniente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando o desenvolvimento do projeto “CORTINAS PARA EMBELEZAR”, sendo que o recurso poderá ser viabilizado na aquisição de cortinas para a entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O MUNICÍPIO repassará à APAE o valor de R\$ 3.442,53 (três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos), em parcela única no exercício de 2015, o qual será creditado junto ao BANRISUL, Agência nº 0675, conta nº 06.00430969.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

DO MUNICÍPIO

1. efetuar o repasse de acordo com o estabelecido na cláusula anterior;
2. coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Convênio de acordo com suas cláusulas, bem como examinar e deliberar quanto a prestação de contas, o que se fará conforme previsto na cláusula quarta.

DA APAE

1. utilizar o repasse de acordo com o previsto na cláusula primeira;
2. responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes e danos causados a terceiros, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em juízo e fora dele;
3. manter e movimentar o recurso obrigatoriamente em conta específica junto a banco oficial e em aplicação financeira no período em que não for utilizado;
4. devolver ao MUNICÍPIO os valores não aplicados, acrescido de juros e correção monetária segundo o índice IGPM-FGV, a partir da data do recebimento do recurso, em caso de ocorrer os seguintes fatos:
 - a. aplicação em finalidade diversa do estabelecido;
 - b. não apresentação da prestação de contas ou prestação de contas impugnada.

5. como contrapartida ao recurso recebido, a entidade se compromete em ministrar palestra para capacitar professores da rede regular de ensino e comunidade em geral na área da educação, com ênfase à educação especial;
6. prestar contas do recurso recebido bem como comprovar a contrapartida descrita no item “5”;

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A APAE deverá prestar contas ao MUNICÍPIO até **28-12-2015**, de acordo com os ANEXOS I, II e III deste Convênio e apresentação do que segue:

1. relatório sucinto contendo todas as ações desenvolvidas;
2. demonstrativo da receita e despesa, evidenciando o saldo e o resultado da aplicação financeira;
3. relação de pagamentos com número da Nota Fiscal, nome da firma e valor, em ordem cronológica, com cópia dos documentos;
4. conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
5. cópia do extrato da conta bancária específica;
6. comprovante do depósito de recolhimento dos recursos não utilizados à conta do MUNICÍPIO;
7. relação de associados ou beneficiados atendidos;
8. comprovação dos gastos através de documentos fiscais idôneos, sendo que a data dos mesmos deverá obrigatoriamente estar compreendida entre o período de execução do convênio;
9. segundas vias ou cópias de toda a documentação fiscal (nota fiscal, recibo, comprovante de recolhimento de tributos, extratos bancários, recibo de pagamento de autônomos e fotografias que atestem o que foi propiciado com os recursos recebidos do Município), com a assinatura do responsável pela entidade, comprovando o recebimento da mercadoria e/ou prestação do serviço, comprobatória das despesas realizadas pela entidade com os recursos recebidos;
10. em caso de pagamento de autônomo através de RPA deverá ser comprovado o recolhimento dos encargos sociais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: As cópias dos documentos integrantes da prestação de contas deverão ser rubricadas pelo dirigente da entidade ora beneficiada.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A prestação de contas deverá ser entregue junto ao setor de protocolo oficial do Município e a data constante do protocolo será observada para cumprimento do prazo para prestação de contas por parte da entidade beneficiada com a subvenção. A Administração Pública, através do Controle Interno, Órgão competente para análise e aprovação da prestação de contas, poderá requer da entidade beneficiada a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos complementares, a fim de elucidar possíveis dúvidas com relação à mesma, o que deverá ser atendido pela entidade no prazo que for concedido.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A prestação de contas deverá conter aprovação da Diretoria da entidade para cada liberação e aprovação do Conselho Fiscal ao término do Convênio, documento de aprovação emitido pelo Órgão da entidade beneficiada, responsável pela verificação de contas (Diretoria, Conselho ou semelhantes).

SUBCLÁUSULA QUARTA: Caso sejam contratadas outras empresas para prestarem os serviços propostos no Termo de Convênio, esta terá que declarar que o preço praticado é o de mercado.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Em caso de prestação de contas rejeitada ou apresentada fora do prazo previsto no Termo de Convênio a entidade não poderá requerer novo auxílio e/ou subvenção pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data prevista para a prestação de contas.

SUBCLÁUSULA SEXTA: Havendo rejeição da prestação de contas, a entidade poderá providenciar a correção de falhas apontadas, apresentando uma nova no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação da rejeição.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: Após a nova prestação de contas e, caso ainda não seja aceita, a entidade deverá efetuar a devolução do valor corrigido pelo índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA OITAVA: Quando for utilizado recursos do auxílio para despesas de capital para pagamento de serviços prestados à entidade beneficiada, exceto quando este serviço for efetuado por pessoa jurídica, deverá acompanhar a prestação de contas comprovação de recolhimento das respectivas obrigações patronais, bem como declaração de responsável pela entidade de que esta se responsabiliza por toda e qualquer obrigação trabalhista advinda da respectiva prestação do serviço.

SUBCLÁUSULA NONA: O valor repassado à entidade e não comprovado o respectivo gasto na prestação de contas, será depositado em conta do Município até a data do protocolo de prestação de contas, através de guia de arrecadação emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA: Quando o valor for superior a R\$ 10,00 (dez reais), sofrerá correção igual ao índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os pagamentos entre a entidade conveniada e seus fornecedores e/ou prestadores de serviços deverão ser efetuados mediante cheque nominal ou transferência bancária para fins de comprovação do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e rescindido de pleno direito independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação

vigente, por inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexequível.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para atender o presente Convênio são oriundos do Orçamento do exercício de 2015 com a seguinte classificação orçamentária:

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
1103	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 0.016 - FMDCA – Subvenções e Auxílios a Entidades Assistenciais
4.4.50.42.00.00.00	Auxílios RECURSO VINCULADO: 1020 – FMDCA

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio será a partir da data de sua assinatura até **15-12-2015**.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e conveniados, formalizam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Guaporé, em

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUAPORÉ MUNICÍPIO DE GUAPORÉ

Firmino Ziglioli

Paulo Olvindo Mazutti

Presidente

Prefeito

Testemunhas:

Nome:

Nome:

ANEXO I

Of.nº _____/_____

Guaporé,

Senhor Prefeito

Atendendo as determinações legais, enviamos a Prestação de Contas referente ao recurso recebido do Município de Guaporé de conformidade com a Lei nº _____ e respectivo Convênio, no valor de R\$ _____ (_____).

Na expectativa de que a documentação ora enviada seja aprovada desde já agradecemos, estando à disposição para quaisquer informações adicionais que por ventura se fizerem necessárias.

Atenciosamente.

Presidente da entidade

A Sua Excelência o Senhor _____
Prefeito Municipal
Guaporé, RS.

ANEXO II

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

Unidade Executora: _____					Convênio de ____/____/____			
					Período: _____			
DOCUMENTAÇÃO					PAGAMENTOS			
Item	Credor (CNPJ/CPF)	Título de Crédito (NF/CF)	Data do título de crédito	R\$	Banco	Cheque nº	Data do pagamento	R\$
TOTAL					TOTAL			
Unidade Executora					Responsável pela execução			
Assinatura _____					Assinatura: _____			
Nome: _____					Nome: _____			
CPF nº _____					CPF nº _____			

ANEXO III

EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Unidade Executora: _____		Convênio de ____/____/____		
		Período: _____		
Data de recebimento do recurso	Receita (valores recebidos inclusive os rendimentos e outros)	Valor R\$	Histórico (despesas, conforme relação de pagamentos (recolhido/a recolher))	Valor R\$
	Valor recebido do Município de Guaporé			
	Rendimento de aplicação financeira			
TOTAL	TOTAL		TOTAL	
Unidade Executora: _____		Responsável pela Execução: _____		
Nome: _____		Nome: _____		
CPF nº _____		CPF nº _____		
Assinatura: _____		Assinatura: _____		

TERMO DE CONVÊNIO

Que celebram entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**, CNPJ sob nº 87.862.397/0001-09, com sede na Av. Silvio Sanson, nº 1135, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Paulo Olindo Mazutti, portador do CPF nº 389.907.500-59, residente e domiciliado nesta cidade de Guaporé-RS, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado ao **CENTRO OCUPACIONAL BRUNO JOSÉ CAMPOS – HORTA COMUNITÁRIA**, inscrito no CNPJ sob nº 87.862.595/0001-72, com sede na Rua Dr. João Pedro Ortiz, s/nº, bairro Planalto, aqui representado por seu Presidente Sr. Leo Clóvis Fabris, portador do CPF nº 089.723.380-87, doravante denominado simplesmente **HORTA COMUNITÁRIA**, de conformidade com a Lei nº, de e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de subvenção social à HORTA COMUNITÁRIA, proveniente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando o desenvolvimento do projeto “ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL”, sendo que o recurso poderá ser viabilizado na aquisição de alimentos e material de higiene e limpeza.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O MUNICÍPIO repassará à HORTA COMUNITÁRIA o valor de R\$ 2.664,80 (dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), em parcela única no exercício de 2015, o qual será creditado junto ao BANRISUL, Agência nº 0675, conta nº 06.029513.3-8.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

DO MUNICÍPIO

1. efetuar o repasse de acordo com o estabelecido na cláusula anterior;
2. coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Convênio de acordo com suas cláusulas, bem como examinar e deliberar quanto a prestação de contas, o que se fará conforme previsto na cláusula quarta.

DA HORTA COMUNITÁRIA

1. utilizar o repasse de acordo com o previsto na cláusula primeira;
2. responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes e danos causados a terceiros, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em juízo e fora dele;
3. manter e movimentar o recurso obrigatoriamente em conta específica junto a banco oficial e em aplicação financeira no período em que não for utilizado;
4. devolver ao MUNICÍPIO os valores não aplicados, acrescido de juros e correção monetária segundo o índice IGPM-FGV, a partir da data do recebimento do recurso, em caso de ocorrer os seguintes fatos:
 - a. aplicação em finalidade diversa do estabelecido;

- b. não apresentação da prestação de contas ou prestação de contas impugnada.
5. como contrapartida ao recurso recebido, a entidade se compromete em fazer todas as aquisições em estabelecimentos comerciais do Município de Guaporé e atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;
6. prestar contas do recurso recebido bem como comprovar a contrapartida descrita no item “5”;

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A HORTA COMUNITÁRIA deverá prestar contas ao MUNICÍPIO até **28-12-2015**, de acordo com os ANEXOS I, II e III deste Convênio e apresentação do que segue:

1. relatório sucinto contendo todas as ações desenvolvidas;
2. demonstrativo da receita e despesa, evidenciando o saldo e o resultado da aplicação financeira;
3. relação de pagamentos com número da Nota Fiscal, nome da firma e valor, em ordem cronológica, com cópia dos documentos;
4. conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
5. cópia do extrato da conta bancária específica;
6. comprovante do depósito de recolhimento dos recursos não utilizados à conta do MUNICÍPIO;
7. relação de associados ou beneficiados atendidos;
8. comprovação dos gastos através de documentos fiscais idôneos, sendo que a data dos mesmos deverá obrigatoriamente estar compreendida entre o período de execução do convênio;
9. segundas vias ou cópias de toda a documentação fiscal (nota fiscal, recibo, comprovante de recolhimento de tributos, extratos bancários, recibo de pagamento de autônomos e fotografias que atestem o que foi propiciado com os recursos recebidos do Município), com a assinatura do responsável pela entidade, comprovando o recebimento da mercadoria e/ou prestação do serviço, comprobatória das despesas realizadas pela entidade com os recursos recebidos;
10. em caso de pagamento de autônomo através de RPA deverá ser comprovado o recolhimento dos encargos sociais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: As cópias dos documentos integrantes da prestação de contas deverão ser rubricadas pelo dirigente da entidade ora beneficiada.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A prestação de contas deverá ser entregue junto ao setor de protocolo oficial do Município e a data constante do protocolo será observada para cumprimento do prazo para prestação de contas por parte da entidade beneficiada com a subvenção. A Administração Pública, através do Controle Interno, Órgão competente para análise e aprovação da prestação de contas, poderá requer da entidade beneficiada a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos complementares, a fim de elucidar possíveis dúvidas com relação à mesma, o que deverá ser atendido pela entidade no prazo que for concedido.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A prestação de contas deverá conter aprovação da Diretoria da entidade para cada liberação e aprovação do Conselho Fiscal ao término do Convênio, documento de aprovação emitido pelo Órgão da entidade beneficiada, responsável pela verificação de contas (Diretoria, Conselho ou semelhantes).

SUBCLÁUSULA QUARTA: Caso sejam contratadas outras empresas para prestarem os serviços propostos no Termo de Convênio, esta terá que declarar que o preço praticado é o de mercado.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Em caso de prestação de contas rejeitada ou apresentada fora do prazo previsto no Termo de Convênio a entidade não poderá requerer novo auxílio e/ou subvenção pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data prevista para a prestação de contas.

SUBCLÁUSULA SEXTA: Havendo rejeição da prestação de contas, a entidade poderá providenciar a correção de falhas apontadas, apresentando uma nova no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação da rejeição.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: Após a nova prestação de contas e, caso ainda não seja aceita, a entidade deverá efetuar a devolução do valor corrigido pelo índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA OITAVA: Quando for utilizado recursos da subvenção para pagamento de serviços prestados à entidade beneficiada, exceto quando este serviço for efetuado por pessoa jurídica, deverá acompanhar a prestação de contas comprovação de recolhimento das respectivas obrigações patronais, bem como declaração de responsável pela entidade de que esta se responsabiliza por toda e qualquer obrigação trabalhista advinda da respectiva prestação do serviço.

SUBCLÁUSULA NONA: O valor repassado à entidade e não comprovado o respectivo gasto na prestação de contas, será depositado em conta do Município até a data do protocolo de prestação de contas, através de guia de arrecadação emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA: Quando o valor for superior a R\$ 10,00 (dez reais), sofrerá correção igual ao índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os pagamentos entre a entidade conveniada e seus fornecedores e/ou prestadores de serviços deverão ser efetuados mediante cheque nominal ou transferência bancária para fins de comprovação do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e rescindido de pleno direito independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação

vigente, por inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexequível.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para atender o presente Convênio são oriundos do Orçamento do exercício de 2015 com a seguinte classificação orçamentária:

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
1103	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 0.016 - FMDCA – Subvenções e Auxílios a Entidades Assistenciais
3.3.50.43.00.00.00	Subvenções Sociais
	RECURSO VINCULADO: 1020 – FMDCA

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio será a partir da data de sua assinatura até **15-12-2015**.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e conveniados, formalizam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Guaporé, em

CENTRO OCUPACIONAL BRUNO JOSÉ CAMPOS-HORTA COMUNITÁRIA MUNICÍPIO DE GUAPORÉ

Leo Clovis Fabris

Presidente

Paulo Olvindo Mazutti

Prefeito

Testemunhas:

Nome:

Nome:

ANEXO I

Of.nº _____/_____

Guaporé,

Senhor Prefeito

Atendendo as determinações legais, enviamos a Prestação de Contas referente ao recurso recebido do Município de Guaporé de conformidade com a Lei nº _____ e respectivo Convênio, no valor de R\$ _____ (_____).

Na expectativa de que a documentação ora enviada seja aprovada desde já agradecemos, estando à disposição para quaisquer informações adicionais que por ventura se fizerem necessárias.

Atenciosamente.

Presidente da entidade

A Sua Excelência o Senhor _____
Prefeito Municipal
Guaporé, RS.

ANEXO II

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

Unidade Executora: _____					Convênio de ____/____/____			
					Período: _____			
DOCUMENTAÇÃO					PAGAMENTOS			
Item	Credor (CNPJ/CPF)	Título de Crédito (NF/CF)	Data do título de crédito	R\$	Banco	Cheque nº	Data do pagamento	R\$
TOTAL					TOTAL			
Unidade Executora					Responsável pela execução			
Assinatura _____					Assinatura: _____			
Nome: _____					Nome: _____			
CPF nº _____					CPF nº _____			

ANEXO III

EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Unidade Executora: _____		Convênio de ____/____/____		
		Período: _____		
Data de recebimento do recurso	Receita (valores recebidos inclusive os rendimentos e outros)	Valor R\$	Histórico (despesas, conforme relação de pagamentos (recolhido/a recolher))	Valor R\$
	Valor recebido do Município de Guaporé			
	Rendimento de aplicação financeira			
TOTAL	TOTAL		TOTAL	
Unidade Executora: _____		Responsável pela Execução: _____		
Nome: _____		Nome: _____		
CPF nº _____		CPF nº _____		
Assinatura: _____		Assinatura: _____		

TERMO DE CONVÊNIO

Que celebram entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**, CNPJ sob nº 87.862.397/0001-09, com sede na Av. Silvio Sanson, nº 1135, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Paulo Olindo Mazutti, portador do CPF nº 389.907.500-59, residente e domiciliado nesta cidade de Guaporé-RS, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado a **COMPANHIA DE ARTES CARIPAIGUARÁS**, inscrita no CNPJ sob nº 04.817.809/0001-61, com sede na Rua Pinheiro Machado, 840, aqui representado por seu Presidente Sr. Cássio Luiz Zortéa, portador do CPF n.º 999.515.170-72, doravante denominada simplesmente **CARIPAIGUARÁS**, de conformidade com a Lei nº, de e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de subvenção social ao **CARIPAIGUARÁS**, proveniente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando o desenvolvimento do projeto “CIA DE ARTES CARIPAIGUIARÁS, HISTÓRIA E CULTURA ATRAVÉS DA ARTE DE DANÇAR”, sendo que o recurso poderá ser viabilizado para despesas com professor de dança e figurinos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** repassará ao **CARIPAIGUARÁS** o valor de R\$ 2.054,18 (dois mil, cinquenta e quatro reais e dezoito centavos) em parcela única no exercício de 2015, o qual será creditado junto ao Banrisul, Agência nº 0675, conta nº 060322381-6.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

DO MUNICÍPIO

1. efetuar o repasse de acordo com o estabelecido na cláusula anterior;
2. coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Convênio de acordo com suas cláusulas, bem como examinar e deliberar quanto a prestação de contas, o que se fará conforme previsto na cláusula quarta.

DO CARIPAIGUARÁS

1. utilizar o repasse de acordo com o previsto na cláusula primeira;
2. responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes e danos causados a terceiros, eximindo o **MUNICÍPIO** de qualquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em juízo e fora dele;
3. manter e movimentar o recurso obrigatoriamente em conta específica junto a banco oficial e em aplicação financeira no período em que não for utilizado;
4. devolver ao **MUNICÍPIO** os valores não aplicados, acrescido de juros e correção monetária segundo o índice IGPM-FGV, a partir da data do recebimento do recurso, em caso de ocorrer os seguintes fatos:
 - a. aplicação em finalidade diversa do estabelecido;

- b. não apresentação da prestação de contas ou prestação de contas impugnada.
5. como contrapartida ao recurso recebido, a entidade se compromete em participar de evento da Prefeitura Municipal de Guaporé durante as comemorações do aniversário do Município no mês de dezembro;
6. prestar contas do recurso recebido bem como comprovar a contrapartida descrita no item “5”;

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CARIPAIGUARÁS deverá prestar contas ao MUNICÍPIO até 28-12-2015, de acordo com os ANEXOS I, II e III deste Convênio e apresentação do que segue:

1. relatório sucinto contendo todas as ações desenvolvidas;
2. demonstrativo da receita e despesa, evidenciando o saldo e o resultado da aplicação financeira;
3. relação de pagamentos com número da Nota Fiscal, nome da firma e valor, em ordem cronológica, com cópia dos documentos;
4. conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
5. cópia do extrato da conta bancária específica;
6. comprovante do depósito de recolhimento dos recursos não utilizados à conta do MUNICÍPIO;
7. relação de associados ou beneficiados atendidos;
8. comprovação dos gastos através de documentos fiscais idôneos, sendo que a data dos mesmos deverá obrigatoriamente estar compreendida entre o período de execução do convênio;
9. segundas vias ou cópias de toda a documentação fiscal (nota fiscal, recibo, comprovante de recolhimento de tributos, extratos bancários, recibo de pagamento de autônomos e fotografias que atestem o que foi propiciado com os recursos recebidos do Município), com a assinatura do responsável pela entidade, comprovando o recebimento da mercadoria e/ou prestação do serviço, comprobatória das despesas realizadas pela entidade com os recursos recebidos;
10. em caso de pagamento de autônomo através de RPA deverá ser comprovado o recolhimento dos encargos sociais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: As cópias dos documentos integrantes da prestação de contas deverão ser rubricadas pelo dirigente da entidade ora beneficiada.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A prestação de contas deverá ser entregue junto ao setor de protocolo oficial do Município e a data constante do protocolo será observada para cumprimento do prazo para prestação de contas por parte da entidade beneficiada com a subvenção. A Administração Pública, através do Controle Interno, Órgão competente para análise e aprovação da prestação de contas, poderá requer da entidade beneficiada a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos complementares, a fim de elucidar possíveis dúvidas com relação à mesma, o que deverá ser atendido pela entidade no prazo que for concedido.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A prestação de contas deverá conter aprovação da Diretoria da entidade para cada liberação e aprovação do Conselho Fiscal ao término do Convênio, documento de aprovação emitido pelo Órgão da entidade beneficiada, responsável pela verificação de contas (Diretoria, Conselho ou semelhantes).

SUBCLÁUSULA QUARTA: Caso sejam contratadas outras empresas para prestarem os serviços propostos no Termo de Convênio, esta terá que declarar que o preço praticado é o de mercado.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Em caso de prestação de contas rejeitada ou apresentada fora do prazo previsto no Termo de Convênio a entidade não poderá requerer novo auxílio e/ou subvenção pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data prevista para a prestação de contas.

SUBCLÁUSULA SEXTA: Havendo rejeição da prestação de contas, a entidade poderá providenciar a correção de falhas apontadas, apresentando uma nova no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação da rejeição.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: Após a nova prestação de contas e, caso ainda não seja aceita, a entidade deverá efetuar a devolução do valor corrigido pelo índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA OITAVA: Quando for utilizado recursos da subvenção para pagamento de serviços prestados à entidade beneficiada, exceto quando este serviço for efetuado por pessoa jurídica, deverá acompanhar a prestação de contas comprovação de recolhimento das respectivas obrigações patronais, bem como declaração de responsável pela entidade de que esta se responsabiliza por toda e qualquer obrigação trabalhista advinda da respectiva prestação do serviço.

SUBCLÁUSULA NONA: O valor repassado à entidade e não comprovado o respectivo gasto na prestação de contas, será depositado em conta do Município até a data do protocolo de prestação de contas, através de guia de arrecadação emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA: Quando o valor for superior a R\$ 10,00 (dez reais), sofrerá correção igual ao índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os pagamentos entre a entidade conveniada e seus fornecedores e/ou prestadores de serviços deverão ser efetuados mediante cheque nominal ou transferência bancária para fins de comprovação do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e rescindido de pleno direito independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação

vigente, por inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexequível.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para atender o presente Convênio são oriundos do Orçamento do exercício de 2015 com a seguinte classificação orçamentária:

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
1103	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 0.016 - FMDCA – Subvenções e Auxílios a Entidades Assistenciais
3.3.50.43.00.00.00	Subvenções Sociais
	RECURSO VINCULADO: 1020 – FMDCA

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio será a partir da data de sua assinatura até **15-12-2015**.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e conveniados, formalizam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Guaporé, em

COMPANHIA DE ARTES CARIPAIGUARÁS

Cássio Luiz Zortéa

Presidente

MUNICÍPIO DE GUAPORÉ

Paulo Olvindo Mazutti

Prefeito

Testemunhas:

Nome:

Nome:

ANEXO I

Of.nº ____/____

Guaporé,

Senhor Prefeito

Atendendo as determinações legais, enviamos a Prestação de Contas referente ao recurso recebido do Município de Guaporé de conformidade com a Lei nº _____ e respectivo Convênio, no valor de R\$ _____ (_____).

Na expectativa de que a documentação ora enviada seja aprovada desde já agradecemos, estando à disposição para quaisquer informações adicionais que por ventura se fizerem necessárias.

Atenciosamente.

Presidente da entidade

A Sua Excelência o Senhor _____
Prefeito Municipal
Guaporé, RS.

ANEXO II

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

Unidade Executora: _____					Convênio de ____/____/____			
					Período: _____			
DOCUMENTAÇÃO					PAGAMENTOS			
Item	Credor (CNPJ/CPF)	Título de Crédito (NF/CF)	Data do título de crédito	R\$	Banco	Cheque nº	Data do pagamento	R\$
TOTAL					TOTAL			
Unidade Executora					Responsável pela execução			
Assinatura _____					Assinatura: _____			
Nome: _____					Nome: _____			
CPF nº _____					CPF nº _____			

ANEXO III

EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Unidade Executora: _____		Convênio de ____/____/____		
		Período: _____		
Data de recebimento do recurso	Receita (valores recebidos inclusive os rendimentos e outros)	Valor R\$	Histórico (despesas, conforme relação de pagamentos (recolhido/a recolher))	Valor R\$
	Valor recebido do Município de Guaporé			
	Rendimento de aplicação financeira			
TOTAL	TOTAL		TOTAL	
Unidade Executora: _____		Responsável pela Execução: _____		
Nome: _____		Nome: _____		
CPF nº _____		CPF nº _____		
Assinatura: _____		Assinatura: _____		

TERMO DE CONVÊNIO

Que celebram entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**, CNPJ sob nº 87.862.397/0001-09, com sede na Av. Silvio Sanson, nº 1135, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Paulo Olindo Mazutti, portador do CPF nº 389.907.500-59, residente e domiciliado nesta cidade de Guaporé-RS, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado o **INSTITUTO FILANTRÓPICO EVANGÉLICO DE GUAPORÉ**, inscrito no CNPJ sob nº 89.076.236/0001-15, com sede na Av. Silvio Sanson, 201, bairro São Cristóvão, aqui representado por seu Presidente Sr. Eliseu Sabino de Freitas, portador do CPF nº 139.815.280-34, doravante denominado simplesmente **INSTITUTO**, de conformidade com a Lei nº, de e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de subvenção social e auxílio para despesas de capital ao INSTITUTO, proveniente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando o desenvolvimento do projeto “A ESPERANÇA NÃO MORRE JAMAIS”, sendo que o recurso poderá ser viabilizado na aquisição de material para manutenção das instalações do prédio e uma máquina de secar roupas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O MUNICÍPIO repassará ao INSTITUTO o valor de R\$ 2.180,00 (dois mil, cento e oitenta reais) em parcela única no exercício de 2015, sendo R\$ 630,00 de subvenção social e R\$ 1.550,00 de auxílio para despesas de capital, que será creditado junto ao BANRISUL, Agência nº 0675, conta nº 06.006564.1-6.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

DO MUNICÍPIO

1. efetuar o repasse de acordo com o estabelecido na cláusula anterior;
2. coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Convênio de acordo com suas cláusulas, bem como examinar e deliberar quanto a prestação de contas, o que se fará conforme previsto na cláusula quarta.

DO INSTITUTO

1. utilizar o repasse de acordo com o previsto na cláusula primeira;
2. responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes e danos causados a terceiros, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em juízo e fora dele;
3. manter e movimentar o recurso obrigatoriamente em conta específica junto a banco oficial e em aplicação financeira no período em que não for utilizado;
4. devolver ao MUNICÍPIO os valores não aplicados, acrescido de juros e correção monetária segundo o índice IGPM-FGV, a partir da data do recebimento do recurso, em caso de ocorrer os seguintes fatos:
 - a. aplicação em finalidade diversa do estabelecido;

- b. não apresentação da prestação de contas ou prestação de contas impugnada.
5. como contrapartida ao recurso recebido, a entidade se compromete em fazer todas as aquisições em estabelecimentos comerciais do Município de Guaporé;
6. prestar contas do recurso recebido bem como comprovar a contrapartida descrita no item “5”;

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O INSTITUTO deverá prestar contas ao MUNICÍPIO até 28-12-2015, de acordo com os ANEXOS I, II e III deste Convênio e apresentação do que segue:

1. relatório sucinto contendo todas as ações desenvolvidas;
2. demonstrativo da receita e despesa, evidenciando o saldo e o resultado da aplicação financeira;
3. relação de pagamentos com número da Nota Fiscal, nome da firma e valor, em ordem cronológica, com cópia dos documentos;
4. conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
5. cópia do extrato da conta bancária específica;
6. comprovante do depósito de recolhimento dos recursos não utilizados à conta do MUNICÍPIO;
7. relação de associados ou beneficiados atendidos;
8. comprovação dos gastos através de documentos fiscais idôneos, sendo que a data dos mesmos deverá obrigatoriamente estar compreendida entre o período de execução do convênio;
9. segundas vias ou cópias de toda a documentação fiscal (nota fiscal, recibo, comprovante de recolhimento de tributos, extratos bancários, recibo de pagamento de autônomos e fotografias que atestem o que foi propiciado com os recursos recebidos do Município), com a assinatura do responsável pela entidade, comprovando o recebimento da mercadoria e/ou prestação do serviço, comprobatória das despesas realizadas pela entidade com os recursos recebidos;
10. em caso de pagamento de autônomo através de RPA deverá ser comprovado o recolhimento dos encargos sociais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: As cópias dos documentos integrantes da prestação de contas deverão ser rubricadas pelo dirigente da entidade ora beneficiada.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A prestação de contas deverá ser entregue junto ao setor de protocolo oficial do Município e a data constante do protocolo será observada para cumprimento do prazo para prestação de contas por parte da entidade beneficiada com a subvenção. A Administração Pública, através do Controle Interno, Órgão competente para análise e aprovação da prestação de contas, poderá requer da entidade beneficiada a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos complementares, a fim de elucidar possíveis dúvidas com relação à mesma, o que deverá ser atendido pela entidade no prazo que for concedido.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A prestação de contas deverá conter aprovação da Diretoria da entidade para cada liberação e aprovação do Conselho Fiscal ao término do Convênio, documento de aprovação emitido pelo Órgão da entidade beneficiada, responsável pela verificação de contas (Diretoria, Conselho ou semelhantes).

SUBCLÁUSULA QUARTA: Caso sejam contratadas outras empresas para prestarem os serviços propostos no Termo de Convênio, esta terá que declarar que o preço praticado é o de mercado.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Em caso de prestação de contas rejeitada ou apresentada fora do prazo previsto no Termo de Convênio a entidade não poderá requerer novo auxílio e/ou subvenção pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data prevista para a prestação de contas.

SUBCLÁUSULA SEXTA: Havendo rejeição da prestação de contas, a entidade poderá providenciar a correção de falhas apontadas, apresentando uma nova no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação da rejeição.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: Após a nova prestação de contas e, caso ainda não seja aceita, a entidade deverá efetuar a devolução do valor corrigido pelo índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA OITAVA: Quando for utilizado recursos da subvenção ou auxílio para despesas de capital para pagamento de serviços prestados à entidade beneficiada, exceto quando este serviço for efetuado por pessoa jurídica, deverá acompanhar a prestação de contas comprovação de recolhimento das respectivas obrigações patronais, bem como declaração de responsável pela entidade de que esta se responsabiliza por toda e qualquer obrigação trabalhista advinda da respectiva prestação do serviço.

SUBCLÁUSULA NONA: O valor repassado à entidade e não comprovado o respectivo gasto na prestação de contas, será depositado em conta do Município até a data do protocolo de prestação de contas, através de guia de arrecadação emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA: Quando o valor for superior a R\$ 10,00 (dez reais), sofrerá correção igual ao índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os pagamentos entre a entidade conveniada e seus fornecedores e/ou prestadores de serviços deverão ser efetuados mediante cheque nominal ou transferência bancária para fins de comprovação do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e rescindido de pleno direito independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação

vigente, por inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexequível.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para atender o presente Convênio são oriundos do Orçamento do exercício de 2015 com a seguinte classificação orçamentária:

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
1103	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 0.016 - FMDCA – Subvenções e Auxílios a Entidades Assistenciais
3.3.50.43.00.00.00	Subvenções Sociais
4.4.50.42.00.00.00	Auxílios
	RECURSO VINCULADO: 1020 – FMDCA

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio será a partir da data de sua assinatura até **15-12-2015**.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e conveniados, formalizam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Guaporé, em

INSTITUTO FILANTRÓPICO EVANGÉLICO DE GUAPORÉ

Eliseu Sabino de Freitas

Presidente

MUNICÍPIO DE GUAPORÉ

Paulo Olvindo Mazutti

Prefeito

Testemunhas:

Nome:

Nome:

ANEXO I

Of.nº _____/_____

Guaporé,

Senhor Prefeito

Atendendo as determinações legais, enviamos a Prestação de Contas referente ao recurso recebido do Município de Guaporé de conformidade com a Lei nº _____ e respectivo Convênio, no valor de R\$ _____ (_____).

Na expectativa de que a documentação ora enviada seja aprovada desde já agradecemos, estando à disposição para quaisquer informações adicionais que por ventura se fizerem necessárias.

Atenciosamente.

Presidente da entidade

A Sua Excelência o Senhor _____
Prefeito Municipal
Guaporé, RS.

ANEXO II

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

Unidade Executora: _____					Convênio de ____/____/____			
					Período: _____			
DOCUMENTAÇÃO					PAGAMENTOS			
Item	Credor (CNPJ/CPF)	Título de Crédito (NF/CF)	Data do título de crédito	R\$	Banco	Cheque nº	Data do pagamento	R\$
TOTAL					TOTAL			
Unidade Executora					Responsável pela execução			
Assinatura _____					Assinatura: _____			
Nome: _____					Nome: _____			
CPF nº _____					CPF nº _____			

ANEXO III

EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Unidade Executora: _____		Convênio de ____/____/____		
		Período: _____		
Data de recebimento do recurso	Receita (valores recebidos inclusive os rendimentos e outros)	Valor R\$	Histórico (despesas, conforme relação de pagamentos (recolhido/a recolher))	Valor R\$
	Valor recebido do Município de Guaporé			
	Rendimento de aplicação financeira			
TOTAL	TOTAL		TOTAL	
Unidade Executora: _____		Responsável pela Execução: _____		
Nome: _____		Nome: _____		
CPF nº _____		CPF nº _____		
Assinatura: _____		Assinatura: _____		

TERMO DE CONVÊNIO

Que celebram entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE GUAPORÉ**, CNPJ sob nº 87.862.397/0001-09, com sede na Av. Silvio Sanson, nº 1135, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Paulo Olindo Mazutti, portador do CPF nº 389.907.500-59, residente e domiciliado nesta cidade de Guaporé-RS, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO CARLOS**, mantenedora do **Lar da Criança Primo e Palmira Pandolfo**, CNPJ sob nº 90.397.555/0016-98, com sede na Rua Marechal Floriano, 1610, bairro Planalto, aqui representado pelo seu Diretor Sr. Luis Carlos Mazutti, portador do CPF nº 312.285.000-10, doravante denominada simplesmente **ASSOCIAÇÃO/LAR**, de conformidade com a Lei nº, de e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de subvenção social e auxílio para despesas de capital à ASSOCIAÇÃO/LAR, proveniente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando o desenvolvimento do projeto “MANUTENÇÃO DO LAR DA CRIANÇA”, sendo que o recurso poderá ser viabilizado para aquisição de material permanente (microfone, guilhotina, modem, cadeiras, mesa, tela para retroprojetor, panela de pressão, liquidificador, espremedor de frutas industriais) e de consumo (carimbos, tesouras, cestos de lixo, toner, recarga para extintor de incêndio, torneira, fio, cabos, lâmpadas, luminárias, mudas e sementes) para o bom andamento das atividades desenvolvidas pela entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O MUNICÍPIO repassará à ASSOCIAÇÃO/LAR o valor de R\$ 3.794,87 (três mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos) em parcela única no exercício de 2015, sendo R\$ 1.494,87 de subvenção social (material de consumo) e R\$ 2.300,00 de auxílio para despesas de capital (material permanente) a ser creditado junto ao BANRISUL, Agência nº 0675, conta nº 06851922.3/4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

DO MUNICÍPIO

1. efetuar o repasse de acordo com o estabelecido na cláusula anterior;
2. coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Convênio de acordo com suas cláusulas, bem como examinar e deliberar quanto a prestação de contas, o que se fará conforme previsto na cláusula quarta.

DA ASSOCIAÇÃO/LAR

1. utilizar o repasse de acordo com o previsto na cláusula primeira;
2. responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes e danos causados a terceiros, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em juízo e fora dele;

3. manter e movimentar o recurso obrigatoriamente em conta específica junto a banco oficial e em aplicação financeira no período em que não for utilizado;
4. devolver ao MUNICÍPIO os valores não aplicados, acrescido de juros e correção monetária segundo o índice IGPM-FGV, a partir da data do recebimento do recurso, em caso de ocorrer os seguintes fatos:
 - a. aplicação em finalidade diversa do estabelecido;
 - b. não apresentação da prestação de contas ou prestação de contas impugnada.
5. como contrapartida ao recurso recebido, a entidade se compromete em fazer todas as aquisições em estabelecimentos comerciais do Município de Guaporé;
6. prestar contas do recurso recebido bem como comprovar a contrapartida descrita no item “5”;

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ASSOCIAÇÃO/LAR deverá prestar contas ao MUNICÍPIO até 28-12-2015, de acordo com os ANEXOS I, II e III deste Convênio e apresentação do que segue:

1. relatório sucinto contendo todas as ações desenvolvidas;
2. demonstrativo da receita e despesa, evidenciando o saldo e o resultado da aplicação financeira;
3. relação de pagamentos com número da Nota Fiscal, nome da firma e valor, em ordem cronológica, com cópia dos documentos;
4. conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
5. cópia do extrato da conta bancária específica;
6. comprovante do depósito de recolhimento dos recursos não utilizados à conta do MUNICÍPIO;
7. relação de associados ou beneficiados atendidos;
8. comprovação dos gastos através de documentos fiscais idôneos, sendo que a data dos mesmos deverá obrigatoriamente estar compreendida entre o período de execução do convênio;
9. segundas vias ou cópias de toda a documentação fiscal (nota fiscal, recibo, comprovante de recolhimento de tributos, extratos bancários, recibo de pagamento de autônomos e fotografias que atestem o que foi propiciado com os recursos recebidos do Município), com a assinatura do responsável pela entidade, comprovando o recebimento da mercadoria e/ou prestação do serviço, comprobatória das despesas realizadas pela entidade com os recursos recebidos;
10. em caso de pagamento de autônomo através de RPA deverá ser comprovado o recolhimento dos encargos sociais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: As cópias dos documentos integrantes da prestação de contas deverão ser rubricadas pelo dirigente da entidade ora beneficiada.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A prestação de contas deverá ser entregue junto ao setor de protocolo oficial do Município e a data constante do protocolo será observada para cumprimento do prazo para prestação de contas por parte da entidade beneficiada com a subvenção. A Administração Pública, através do Controle Interno, Órgão

competente para análise e aprovação da prestação de contas, poderá requer da entidade beneficiada a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos complementares, a fim de elucidar possíveis dúvidas com relação à mesma, o que deverá ser atendido pela entidade no prazo que for concedido.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A prestação de contas deverá conter aprovação da Diretoria da entidade para cada liberação e aprovação do Conselho Fiscal ao término do Convênio, documento de aprovação emitido pelo Órgão da entidade beneficiada, responsável pela verificação de contas (Diretoria, Conselho ou semelhantes).

SUBCLÁUSULA QUARTA: Caso sejam contratadas outras empresas para prestarem os serviços propostos no Termo de Convênio, esta terá que declarar que o preço praticado é o de mercado.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Em caso de prestação de contas rejeitada ou apresentada fora do prazo previsto no Termo de Convênio a entidade não poderá requerer novo auxílio e/ou subvenção pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data prevista para a prestação de contas.

SUBCLÁUSULA SEXTA: Havendo rejeição da prestação de contas, a entidade poderá providenciar a correção de falhas apontadas, apresentando uma nova no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação da rejeição.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: Após a nova prestação de contas e, caso ainda não seja aceita, a entidade deverá efetuar a devolução do valor corrigido pelo índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA OITAVA: Quando for utilizado recursos da subvenção e auxílio para despesas de capital para pagamento de serviços prestados à entidade beneficiada, exceto quando este serviço for efetuado por pessoa jurídica, deverá acompanhar a prestação de contas comprovação de recolhimento das respectivas obrigações patronais, bem como declaração de responsável pela entidade de que esta se responsabiliza por toda e qualquer obrigação trabalhista advinda da respectiva prestação do serviço.

SUBCLÁUSULA NONA: O valor repassado à entidade e não comprovado o respectivo gasto na prestação de contas, será depositado em conta do Município até a data do protocolo de prestação de contas, através de guia de arrecadação emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA: Quando o valor for superior a R\$ 10,00 (dez reais), sofrerá correção igual ao índice do IGPM-FGV, a contar da data do repasse até a data do depósito.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os pagamentos entre a entidade conveniada e seus fornecedores e/ou prestadores de serviços deverão ser efetuados mediante cheque nominal ou transferência bancária para fins de comprovação do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e rescindido de pleno direito independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexecutável.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para atender o presente Convênio são oriundos do Orçamento do exercício de 2015 com a seguinte classificação orçamentária:

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
1103	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 0.016 - FMDCA – Subvenções e Auxílios a Entidades Assistenciais
3.3.50.43.00.00.00	Subvenções Sociais
4.4.50.42.00.00.00	Auxílios
	RECURSO VINCULADO: 1020 – FMDCA

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio será a partir da data de sua assinatura até **15-12-2015**.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaporé para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e conveniados, formalizam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Guaporé, em

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO CARLOS/
LAR DA CRIANÇA PRIMO E PALMIRA PANDOLFO
Luis Carlos Mazutti
Diretor

MUNICÍPIO DE GUAPORÉ
Paulo Olvindo Mazutti
Prefeito

Testemunhas:

Nome:

Nome:

ANEXO I

Of.nº ____/____

Guaporé,

Senhor Prefeito

Atendendo as determinações legais, enviamos a Prestação de Contas referente ao recurso recebido do Município de Guaporé de conformidade com a Lei nº _____ e respectivo Convênio, no valor de R\$ _____ (_____).

Na expectativa de que a documentação ora enviada seja aprovada desde já agradecemos, estando à disposição para quaisquer informações adicionais que por ventura se fizerem necessárias.

Atenciosamente.

Presidente da entidade

A Sua Excelência o Senhor _____
Prefeito Municipal
Guaporé, RS.

ANEXO II

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

Unidade Executora: _____					Convênio de ____/____/____			
					Período: _____			
DOCUMENTAÇÃO					PAGAMENTOS			
Item	Credor (CNPJ/CPF)	Título de Crédito (NF/CF)	Data do título de crédito	R\$	Banco	Cheque nº	Data do pagamento	R\$
TOTAL					TOTAL			
Unidade Executora					Responsável pela execução			
Assinatura _____					Assinatura: _____			
Nome: _____					Nome: _____			
CPF nº _____					CPF nº _____			

ANEXO III

EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Unidade Executora: _____		Convênio de ____/____/____		
		Período: _____		
Data de recebimento do recurso	Receita (valores recebidos inclusive os rendimentos e outros)	Valor R\$	Histórico (despesas, conforme relação de pagamentos (recolhido/a recolher))	Valor R\$
	Valor recebido do Município de Guaporé			
	Rendimento de aplicação financeira			
TOTAL	TOTAL		TOTAL	
Unidade Executora: _____		Responsável pela Execução: _____		
Nome: _____		Nome: _____		
CPF nº _____		CPF nº _____		
Assinatura: _____		Assinatura: _____		

Of.nº 567/2015

Guaporé, 20 de outubro de 2015

Senhor Presidente

Senhores Vereadores

Através deste vimos encaminhar, para apreciação e votação dos Senhores Edis, o projeto de lei nº 79/2015, que AUTORIZA O MUNICÍPIO CONCEDER A ENTIDADES SUBVENÇÃO SOCIAL E/OU AUXÍLIO PARA DESPESAS DE CAPITAL PROVENIENTE DO FMDCA, FIRMAR CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Anexo segue justificativa do projeto ora apresentado.

Atenciosamente.

Paulo Olvindo Mazutti

Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Ronaldo Jair Donida,
Presidente da Câmara de Vereadores e dignos Pares
Guaporé, RS.

Guaporé, 20 de outubro de 2015.

MENSAGEM Nº 79/2015

Senhor Presidente:

Para os efeitos legais estou submetendo à deliberação dessa Câmara Municipal, a seguinte matéria:

PROJETO DE LEI: 79/2015

EMENTA: AUTORIZA O MUNICÍPIO CONCEDER A ENTIDADES DO MUNICÍPIO SUBVENÇÃO SOCIAL E/OU AUXÍLIO PARA DESPESAS DE CAPITAL PROVENIENTE DO FMDCA, FIRMAR CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei anexo tem por objetivo conceder subvenção social e/ou auxílio para despesas de capital às entidades abaixo relacionadas, cujo recurso é proveniente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como segue:

AGE – AGREMIÇÃO GUAPORENSE DE ESPORTES: R\$ 17.466,65, para desenvolver o projeto “AGE PARA TODOS”: fundada em 07-12-2002, a AGE vem firmando seus objetivos por meio de diversas ações. Busca estimular o convívio de crianças e adolescentes, bem como melhorar a convivência e interação entre os mesmos. Para a realização de um trabalho eficaz, é de suma importância a disponibilização de material esportivo e fardamento, havendo a necessidade de substituição dos fardamentos antigos por novos, bem como de material esportivo adequado para os atletas, oferecendo, assim, mais qualidade aos treinamentos e jogos.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO GRUPO ESCOTEIRO NACÊ: R\$ 4.080,00, para desenvolver o projeto “REFLORESTAR É PRECISO”: para fins de cercamento da área de 3.280,00m² recebida do Município através de concessão de uso (Lei nº 3461/2014, de 25-03-2014), permitindo, assim, que as atividades externas possam ser desenvolvidas com maior segurança e proteção, evitando-se também depredações e incentivando e ensinando aos jovens a importância da proteção ao meio ambiente através do reflorestamento da área.

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS: R\$ 3.442,53, para desenvolver o projeto “CORTINAS PARA EMBELEZAR”: através da aquisição de cortinas, haverá melhores condições físicas nos ambiente, minimizando o desconforto óptico e térmico provocado pela incidência dos raios solares, contribuindo também para a conservação do mobiliário. As cortinas serão instaladas em diversos ambientes, beneficiando 111 alunos, proporcionando maior conforto e auxiliando no processo de aprendizagem.

CENTRO OCUPACIONAL BRUNO JOSÉ CAMPOS – HORTA COMUNITÁRIA: R\$ 2.664,80, para desenvolver o projeto “ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL”: a entidade atende crianças e adolescentes que seguem um cronograma diário de atividades das 7h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, em turno inverso à escola. Recebem diariamente refeições, orientação para higiene pessoal, para realização de atividades escolares, noções de cidadania, esporte, lazer, recreação, atividades em hortas e artísticas. A entidade busca promover a auto-realização, espírito de cooperação e respeito às diferenças. Com o recurso recebido será possível a aquisição de alimentos e material de higiene e limpeza.

COMPANHIA DE ARTES CARIPAIGUARÁS: R\$ 2.054,18, para desenvolver o projeto “CIA DE ARTES CARIPAIGUARÁS, HISTÓRIA E CULTURA ATRAVÉS DA ARTE DE DANÇAR”: foi fundada em 1999 por um grupo de jovens guaporenses, com o objetivo de pesquisar e desenvolver coreografias de danças folclóricas de diferentes cultas. Atualmente possui uma diretoria que faz o trabalho de gestão, um grupo de 20 dançarinos, com direção técnica de um coreógrafo. Há dois anos iniciaram ensaios com crianças e pré-adolescentes, pois a Companhia objetiva prepará-los para futuramente integrarem o grupo de danças adulto. Os ensaios são coordenados por professora com formação superior em dança. Nestes ensaios as crianças recebem informações sobre diferentes manifestações culturais, especialmente em relação às danças folclóricas. Através deste projeto, a Companhia objetiva dar sustentabilidade para as oficinas de danças neste último trimestre de 2015, sendo que o recurso será utilizado para pagamento da professor de dança e figurinos.

INSTITUTO FILANTRÓPICO EVANGÉLICO – LAR ESPERANÇA: R\$ 2.180,00, para desenvolver o projeto “A ESPERANÇA NÃO MORRE JAMAIS”: a entidade vem prestando relevante serviço social em nossa cidade, proporcionando às crianças e adolescentes amparo, assistência médica, alimentação, educação e lazer. O recurso recebido visa atender uma grande necessidade, qual seja, a aquisição de uma máquina de secar roupas. Também será utilizado na aquisição de materiais para conservação do prédio.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO CARLOS/LAR DA CRIANÇA PRIMO E PALMIRA PANDOLFO: R\$ 3.794,87, para desenvolver o projeto “MANUTENÇÃO DO LAR DA CRIANÇA”: a entidade atende meninas de 05 a 14 anos em situação de vulnerabilidade social, as quais seguem um cronograma diário das 7h às 17h, de segunda a sexta-feira, em turno complementar à escola, onde recebem alimentação, higiene pessoal, reforço escolar, lazer, recreação e desenvolvem atividades artísticas, culturais, esportivas e pedagógicas. O recurso servirá para aquisição de material permanente (microfone, guilhotina, modem, cadeiras, mesa, tela para retroprojeter, panela de pressão, liquidificador e espremedor de frutas industriais) e aquisição de materiais de consumo (carimbos, tesouras, cestos de lixo, toner, recarga para extintor de incêndio, torneira, fio, cabos, lâmpadas, luminárias, mudas e sementes).

Anexo segue of.nº 83/2015 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ata e Resolução do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Plano de Trabalho e projeto das entidades.

À consideração dos Senhores Edis.